

Índice

Sem pensar em crise, 82% das empresas pretendem investir no país em 2009	01
Precipitadas, montadoras erraram avaliação da crise financeira	02
Autopeças cancela redução de jornada em São Bernardo	02
Efeito do Buy American sobre o aço brasileiro é mínimo	03
Dia de Luta na GM	04

INTERNACIONAL

Sem pensar em crise,

...82% das empresas pretendem investir no país em 2009

Preocupadas principalmente com a incerteza na economia e, em menor medida, com a dificuldade de crédito e redução da demanda, ainda assim 82% das empresas no país pretendem investir em 2009. Mas os investimentos mudaram de objetivo: em 2008, as empresas investiram para aumentar a capacidade de produção. Neste ano, **a maioria dos empresários dispostos a investir pretende aplicar o dinheiro no aumento da produtividade, na melhoria da qualidade do produto e no corte de custos.**

"Os empresários não estão otimistas em relação aos próximos seis meses", disse Marcelo Alvarez, um dos responsáveis pela Sondagem Especial da Confederação Nacional da Indústria (CNI), que constatou as novas tendências do investimento industrial em 2009.



A tendência a investir no aumento da eficiência da produção não levará obrigatoriamente à redução de vagas na indústria, mas afetará a expansão do emprego, acredita o chefe da unidade de pesquisa da CNI Renato da Fonseca. "Sem investimento para aumentar a capacidade da indústria não tem como manter o crescimento do emprego, mas parte do investimento previsto pode ser em melhor qualificação dos funcionários", diz. A Sondagem Industrial regular, divulgada no início do mês, já apontava tendência à redução de pessoal, ressalva ele.

Outra tendência marcante é o direcionamento da produção para o mercado interno. As empresas que se destinam prioritariamente ao mercado externo, que eram mais de 10% do total até 2005, e caíram para 4,6% no ano passado, agora em 2009 são apenas 3,3%. Vão dedicar-se prioritariamente ao mercado interno 73% das empresas (51% das grandes firmas) e apenas 24% pretendem fabricar igualmente para os dois mercados (só entre as grandes, esse percentual é de 40%).

A incerteza econômica poderá impedir total ou parcialmente os investimentos previstos para 2009, acreditam 75% dos empresários pesquisados pela CNI, que entrevistou 1,4 mil empresas entre 5 e 26 de janeiro. Para 43%, os investimentos podem se frustrar por reavaliação da demanda, e 19% atribuem ao custo do crédito os obstáculos aos planos de investimento (19% também citam o crédito, mas sua escassez, como fator impeditivo aos investimentos. No Nordeste, 57% das empresas citam esse problema como razão para frustração de investimentos em 2008).

Em 11 dos 28 setores pesquisados, passou de 80% a quantidade de empresas que temem a não-realização de seus planos de investimento devido às incertezas na economia. Em 2008, quando chegava a 89% o número das empresas dispostas a investir, apenas 42% investiram como planejado e 44% realizaram apenas parte do que haviam programado. Um pequeno número (6,7%) cancelou ou adiou indefinidamente o investimento.

A situação das grandes empresas foi a que mais se alterou em relação à realização dos investimentos programados: em 2007, 67% das grandes firmas realizaram o que haviam planejado; em 2008, esse percentual caiu para 55%. O setor de melhor desempenho nesse item foi o de refino de petróleo, onde 60% realizaram o que haviam programado. Fabricantes de produtos de metal, bebidas, alimentos e limpeza e perfumaria conseguiram realizar mais de 50% do programado. Já os fabricantes de móveis, borracha e farmacêuticos realizaram em torno de 30%; os de madeira, pouco mais de 18%.

Numa demonstração de que a crise tem efeitos desiguais, nove setores da indústria de transformação, além da indústria extrativa, apontam o aumento na capacidade produtiva como principal motivo para investir em 2009. Entre esses setores estão limpeza e perfumaria e dois setores que tiveram desempenho ruim na realização dos investimentos ano passado: borracha e farmacêuticos.

O indicador criado para medir a adequação da capacidade instalada de produção mostra que, apesar dos investimentos previstos em ampliação, apenas as empresas nos setores farmacêutico e de minerais não-metálicos acreditam ter capacidade instalada abaixo das expectativas de demanda. (*Valor*, 20.02.2009)

Precipitadas, montadoras erraram avaliação da crise financeira

O sufoco que atinge parte dos trabalhadores nas fábricas de autopeças surgiu da falta de planejamento das montadoras. Elas previram o fim do mundo em dezembro. Mas, a produção e as vendas, hoje, mostram que o diagnóstico errou, e feio.

Precipitadas, reclamando da queda de pedidos e da falta de crédito, as montadoras previram uma produção lá em baixo. A consequência imediata dessa afobação aconteceu nas autopeças, que rapidamente recorreram às demissões e à redução da jornada de trabalho.

Se as empresas tivessem mais responsabilidade com o emprego, os trabalhadores não precisariam pagar uma conta tão amarga.

Acontece que o tamanho da queda no mercado nesse começo de ano é menor do que os dirigentes das montadoras imaginaram em dezembro.

Hoje, já existem filas de espera para alguns modelos de veículos e sinais de que essas filas podem aumentar, pois o crédito deve ser normalizado.

Até o mercado de caminhões e ônibus, que parecia ter levado a maior pancada, mostra recuperação. As vendas no segmento nos primeiros 15 dias deste mês foram maiores que no mesmo período do ano passado.

Haverá forte pressão para que o governo federal prorrogue a isenção de IPI para além de 31 de março, medida que mantém os preços dos veículos mais baixos para que as vendas continuem crescendo.

Essa decisão, porém, não deve ser tomada na base da afobação e, sim, negociada e com contrapartidas ao emprego e aos direitos. (*Sindicato dos Metalúrgicos do ABC*, 20.02.2009)

Autopeças cancela redução de jornada em São Bernardo

Fiamm pediu aos trabalhadores que retornem à rotina normal de trabalho para atender a produção; acordo que reduziu jornada, mas manteve rendimento do trabalhador por meio de vale compra, foi firmado em janeiro com o Sindicato, após aprovação em assembléia Raquel Camargo

A semana curta havia sido aprovada em assembléia realizada em janeiro pelo Sindicato dos Metalúrgicos do ABC

A partir de 1º de março, os companheiros na Fiamm, autopeças de São Bernardo, voltarão a trabalhar em seus horários habituais.

Ontem, a empresa comunicou o Sindicato dos Metalúrgicos do ABC que cancelou a redução da jornada para normalizar a produção.

Firmado com o Sindicato no início do ano, após aprovação em assembléia, o acordo reduzia a jornada a quatro dias por semana com o respectivo corte dos salários.

A renda mensal era compensada com um vale compra. O prazo de validade previsto era de quatro meses com igual período de estabilidade.

"A volta da semana cheia é uma boa notícia. Confirma o que dissemos sobre patrão que tomou decisão inadequada sem avaliar o tamanho da crise", disse Moisés Selerges, coordenador de base de São Bernardo. (*Sindicato dos Metalúrgicos do ABC*, 20.02.2009)

Efeito do Buy American sobre o aço brasileiro é mínimo

Estimativas preliminares da indústria siderúrgica nacional apontam que o impacto do "Buy American" para as exportações brasileiras de aço será muito pequeno, o que tornam remotas as possibilidades de o Brasil iniciar um processo contra os Estados Unidos na Organização Mundial de Comércio (OMC). Uma projeção do Instituto Brasileiro de Siderurgia (IBS) aponta que as restrições dos americanos à utilização de aço importado nas obras previstas no pacote prejudicariam apenas 1,6% as exportações brasileiras de aço para o país.

Conforme as projeções da entidade, as exportações de aço do Brasil destinadas à construção civil americana somaram US\$ 163 milhões em 2008. Trata-se de uma estimativa, porque não é possível rastrear exatamente o destino do aço brasileiro no mercado americano. Como as restrições do pacote são apenas para obras públicas, que absorvem aproximadamente 10% do aço consumido pela construção, o instituto calcula que as perdas seriam de apenas US\$ 16 milhões. No ano passado, as siderúrgicas brasileiras venderam US\$ 1 bilhão para os EUA, ou 1,2 milhão de toneladas de aço.

O pacote de estímulo econômico assinado terça-feira pelo presidente Barack Obama prevê gastos de US\$ 787 bilhões para combater a crise, incluindo US\$ 150 bilhões para obras públicas e investimento em infraestrutura. No trâmite parlamentar, o Senado americano inseriu a cláusula "Buy American", o que provocou polêmica com outros países. O dispositivo prevê que apenas ferro, aço e manufaturados americanos poderão ser usados nas obras públicas. Diversos países acusaram os EUA de protecionismo, incluindo o Brasil. O ministro de Relações Exteriores, Celso Amorim, chegou a afirmar que o país avaliava a abertura de um painel na OMC.

Marco Polo de Mello Lopes, vice-presidente-executivo do IBS, disse que o setor ainda não tomou uma decisão sobre a abertura do processo, porque o impacto político da medida é importante, mas não valeria a pena pelos resultados econômicos. Representantes do IBS estiveram no Itamaraty discutindo o assunto. "A situação exige prudência. É legítimo que o governo americano invista para estimular o consumo interno. Meu grande desejo é a retomada no Brasil com aço brasileiro", disse Lopes. "A questão é como será implementado. Existe o temor de que sirva de exemplo para outros países. Pode ter um efeito dominó".

Segundo fontes do setor, ao invés de beneficiar o Brasil, uma reação diplomática mais dura, como a abertura de um painel na OMC, pode gerar um mal-estar com o Congresso, prejudicando os interesses da Gerdau, multinacional brasileira com unidades nos EUA. A siderúrgica deve ser uma das mais beneficiadas pelo pacote de Obama. Mario Longhi, presidente da Gerdau Ameristeel, disse ontem que cerca de 30% das vendas da empresa são para projetos de infraestrutura. "O pacote vai nos beneficiar diretamente", disse em teleconferência com analistas.

No início desta semana, em uma conferência da indústria do aço na Flórida, Longhi havia dito que o pacote de estímulo econômico deve reduzir significativamente a ociosidade na indústria americana. Usinas como as da Gerdau operam atualmente usando apenas 45% de sua capacidade de produção, estimam analistas. Ele acredita que o pacote poderá elevar para 70% o uso da capacidade instalada na indústria. Antes da crise, as siderúrgicas americanas operavam a todo vapor, usando mais de 90% de sua capacidade.

Analistas do Deutsche Bank estimam que os projetos financiados pelo pacote vão consumir cerca de 15 milhões de toneladas de aço num período de três anos, o que significa aumento anual de 4% no consumo de aço nos EUA. "Os ganhadores óbvios serão a Nucor e a Gerdau por conta de sua exposição ao aço longo, mas outros também se beneficiarão expressivamente, dados os benefícios secundários", informava um relatório do banco.

Também estão inseridos nas restrições à importação do pacote o minério de ferro e manufaturados utilizados nas obras públicas. O impacto para o minério brasileiro deve ser quase insignificante, já que a Vale do Rio Doce exporta pouco para os Estados Unidos. De acordo com Soraya Rosar, coordenadora da área de comércio exterior da Confederação Nacional da Indústria (CNI), é muito difícil analisar o impacto para as vendas de manufaturados para obras públicas, já que podem incluir de máquinas sofisticadas a azulejos.

Um estudo da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), feito a pedido do Valor, cruzou a pauta de exportação brasileira para os EUA com as compras governamentais do país em 2008. Quase 40% dos produtos que o Brasil vende para os americanos constam dos itens adquiridos pelo governo nas mais diversas áreas, não apenas infraestrutura. O problema é que os EUA praticamente não compram de fornecedores estrangeiros nas licitações públicas. Cálculos do economista Pedro Pedrossian Neto, coordenador de análise econômica do departamento de comércio exterior da Fiesp, apontam que, dos US\$ 486 bilhões gastos em compras governamentais nos EUA em 2008, 3% vieram do exterior, e a participação do Brasil foi inexpressiva. (*Valor*, 20.02.2009)

Dia de Luta na General Motors

Europa: Unidade na luta da Opel, Vauxhall e SAAB

Os trabalhadores das montadoras controladas pela General Motors na Europa - Opel, Vauxhall e SAAB – tiveram ontem, 26 de fevereiro, o seu Dia de Luta.

Numa demonstração de sua disposição de defender seus empregos e garantir um futuro seguro para suas empresas os trabalhadores se mobilizaram unificadamente em todas as plantas da empresa na Europa.

Os trabalhadores exigiam um **“futuro viável”** para seus empregos e empresas:

Sem fechamento de fabricas!

Sem demissões forçadas!

Por automóveis inovativos, dinâmicos e ecológicamente corretos!

Pela completa participação dos governos europeus, dos sindicatos, dos revendedores e empregados!

Até o fechamento desta edição tínhamos notícia de manifestações na Alemanha, Áustria, Bélgica, Espanha, França, Hungria, Polônia, Reino Unido, Rússia e Suécia. Uma grande manifestação de luta e de unidade que tem todo o apoio da Confederação Nacional dos Metalúrgicos da CUT.

Brasil: Mais de 1,2 mil protestam para tentar reverter demissões

Cerca de 1,2 mil metalúrgicos da GM (General Motors) fizeram uma manifestação na tarde desta quinta-feira com o objetivo de pressionar a montadora a rever a decisão de demitir, após o fim dos contratos, os 1.633 temporários que estão de licença-remunerada desde 19 de janeiro. Além disso, a categoria protestou contra a licença remunerada de 950 funcionários efetivos – 300 deles em São Caetano. O ato foi organizado em frente ao portão 4 da empresa, na avenida Goiás, pelo Sindicato dos Metalúrgicos de São Caetano.

Antes da manifestação, a entidade realizou uma assembléia com os trabalhadores para situá-los a respeito das negociações entre o sindicato e a direção da empresa. “Decidimos que as mobilizações vão continuar. Vamos estabelecer um prazo para que a empresa apresente uma contraproposta sobre os 1.633 temporários. Dependendo da posição da GM, não descartamos uma greve geral”, afirma o presidente do sindicato da categoria, Aparecido Inácio da Silva, o Cidão.

Segundo o vice-presidente do sindicato, Francisco Nunes Rodrigues, o único compromisso que a GM assumiu com os temporários foi de pagar as verbas rescisórias, previstas em lei, e não demitir antes do fim do contrato firmado com cada trabalhador. “A cada dia eles vão demitindo. Hoje, 30 já receberam o telegrama da empresa comunicando a dispensa. Amanhã serão mais 30. E, entre março e abril, a cada dia útil 50 trabalhadores serão demitidos até perfazer os 1.633”, explica.

Apesar de a montadora ter sido incisiva em sua decisão de não renovar os contratos temporários, Rodrigues ainda não perdeu as esperanças. “Estamos lutando, nunca vamos abaixar a cabeça. Cabe ao movimento sindical e aos trabalhadores lutar, pois não fomos nós que criamos essa crise. Não podemos pagar pelos erros dos outros”, considera.

De acordo com Cidão, o sindicato se reunirá com a direção da GM no próximo dia 5 de março para discutir a situação dos temporários dispensados e também a dos 300 efetivos da fábrica de São Caetano que estão em licença remunerada até 30 de março. (Carolina Lopes, do Diário OnLine) (*Diário do Grande ABC, 26.02.2009*)

Brasil Metal Internacional é o boletim informativo eletrônico sobre as questões internacionais que afetam os metalúrgicos brasileiros. Ele é produzido pela Confederação Nacional dos Metalúrgicos – CNM/CUT

Secretário Geral: Valter Sanches

internacional@cnmcut.org.br